

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.-----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----

----- 1- RELATÓRIO DA AUDITORIA FINANCEIRA À CÂMARA -----

----- MUNICIPAL-----

----- O Presidente da Câmara informou que, conforme deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião da Câmara do dia dez de Janeiro de dois mil e dois, para a realização de uma auditoria financeira, a mesma tinha sido adjudicada à Empresa "Eugénio Branco", Auditores.-----

----- Nesta data, o trabalho, estava praticamente concluído, pensando que, até ao final do mês terão o documento definitivo, o qual irá perspectivar uma leitura sobre a situação financeira do município, à data de trinta e um de Dezembro de dois mil e um, vista numa leitura cruzada entre aquilo que era a linguagem orçamental da autarquia e aquilo que a partir de janeiro de dois mil e dois, é uma leitura contabilística que o POCAL exige. -----

----- Em relação ao contexto daquele relatório, pediu ao Dr. Carlos Cunha que estivesse presente nesta reunião, em representação dos Auditores para que fosse ele o comentador e ao mesmo tempo o interpretador sumário sobre o documento ali presente (documento anexo à presente acta sob o numero um). -----

----- Disse ainda que, tinha solicitado aos auditores, que no dia vinte e nove de Abril, dia da sessão da Assembleia Municipal, estivessem presentes, para apresentarem sumariamente o documento. Pediu também que transformassem toda a documentação, numa forma clara e inequívoca, em termos de softwar informático, com as questões mais relevantes, para que fosse mais simples de apresentar e entender por parte dos membros da Assembleia Municipal.-----

----- Seguidamente solicitou ao Dr. Carlos Cunha, que fizesse sumariamente uma apresentação daquele relatório, ficando subjacente que o documento final, que encerrará todo o processo, deverá estar no final do corrente mês disponível em definitivo. -----

----- Interveio o Dr. Carlos Cunha, dizendo que, conforme foi solicitado, pretendia apresentar as conclusões a que chegaram. -----

----- Tinha-lhes sido solicitado a determinação total do passivo da autarquia e concluíram que as suas dividas a terceiros, de curto prazo eram de seis milhões, cinquenta e dois mil novecentos e noventa e um euros, evidenciados a curto prazo e no passivo de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

médio-longo prazo, cinco milhões seiscentos e setenta e três mil novecentos e sessenta e cinco euros, o que perfaz um montante de onze milhões, setecentos e vinte e seis mil novecentos e cinquenta e seis euros, estando isto evidenciado na página três do citado relatório. A seguir seguiam-se os quadros que sustentavam e descriminavam todos aqueles montantes evidenciados, com rubricas do próprio passivo, que terão que apresentar em termos de POCAL. Seguindo-se a determinação da capacidade do endividamento que perfaz o montante de setecentos e quarenta mil novecentos e cinquenta euros e setenta e dois cêntimos (folha quatro, ponto 4.2.2.4.). Relativamente aos compromissos assumidos pela Câmara, para dois mil e dois, totalizam o montante de onze milhões trinta e nove mil , setecentos e seis euros e oitenta e cinco cêntimos (pagina seis do relatório). Fizeram um cálculo das receitas a obter e esperadas (pagina sete), para dois mil e dois em termos de orçamento, em que chegaram ao valor de dezasseis milhões, cento e cinquenta e oito mil, trezentos e oitenta e oito euros e noventa e três cêntimos. -----

----- Em conclusão: a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, a trinta e um de Dezembro de dois mil e um não tem recursos suficientes disponíveis para fazer face ao passivo elegível e compromissos assumidos pelo exercício de dois mil e dois.-----

----- Disse ainda que, na página sete, chegaram à conclusão que a Pista de Remo, presentemente tem um orçamento de quatro milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e trinta e oito euros, sendo o efectivamente pago daquela obra, um milhão duzentos e setenta e um mil setecentos e três euros, e em termos de facturado e não pago, duzentos e setenta e um mil setecentos e três euros. Tem-se um compromisso no valor de três milhões duzentos e noventa e um mil oitocentos e oitenta e um euros, o que nestas circunstancias e nesta situação, dadas as informações disponíveis, até agora, perfaz o montante de custo final de cinco milhões, novecentos e sete mil, novecentos e vinte e dois euros. Ainda decorrem, determinadas a onze de Março de dois mil e dois, processos judiciais de expropriação, no montante de cento e sete mil seiscentos e quarenta euros. -----

----- Mais disse terem solicitado informações à advogada indicada pela autarquia, até trinta e um de Dezembro de dois mil e um, não tendo a mesma dado qualquer resposta. -----

----- Interveio de novo o Presidente da Câmara dizendo que, já era notório nos aspectos que já vinham a ser analisados pelo executivo e de acordo com os serviços da própria Câmara, que em termos concretos e se fossem rigorosos, se isto fosse uma empresa, a Autarquia apresentava uma situação de "falência técnica". Tinha-se ali retratado, que entre compromissos transitados e entre dívida transitada, estavam a falar de cerca de três milhões e quatrocentos e cinquenta mil contos (dezassete milhões noventa e dois mil seiscentos e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

noventa e oito euros). No mapa do total dos compromissos onze milhões, zero trinta e nove mil setecentos e sete euros cerca de, dois milhões e duzentos e cinquenta mil contos, mais as dividas de curto prazo que se elevam a seis milhões cinquenta e dois mil novecentos e noventa e um euros, ou seja um milhão e duzentos mil contos, perfaz um total de cerca de três milhões e quatrocentos e cinquenta mil contos. -----

----- Disse ainda que, se acrescentarem o valor da despesa corrente funcional, e se não fizessem mais nada, teriam, quatro milhões e oitocentos mil contos, para uma receita esperada, de três milhões e trezentos mil, tendo uma diferença de um milhão e quinhentos mil contos. -----

----- Era evidente que isto tinha levado a que, devido aos plafons de análise e que a auditoria apontava para uma capacidade de endividamento da Câmara, ainda cerca de um milhão quatrocentos e oitenta mil contos, pressupuseram apenas a utilização de um empréstimo no montante de seis milhões e quinhentos mil euros, ou seja um milhão e trezentos mil contos para Saneamento Financeiro do Município. Tratava-se de uma situação delicadíssima que podia, em termos de solvência financeira daqueles compromissos, o empréstimo agora a contrair podia garantir a solvabilidade, deixando contudo a Câmara, se não tiverem uma capacidade política de intervenção, de engenharia financeira para apresentar algumas soluções no quadro do QCA - três, graves e nefastas possibilidades de verem a concretização de um projecto, em termos de novas iniciativas, concretizador dentro de um espaço temporal de três anos, daquilo que são manifestas necessidades do concelho e os pilares de intervenção de que a maioria se predispõe executar. -----

----- Mais disse que, independentemente da contracção do empréstimo que foi aprovado pela Câmara Municipal e posteriormente pela Assembleia Municipal no dia vinte e nove, terão os membros do executivo algumas sugestões a apresentar, para definitivamente encontrarem algumas soluções financeiras, que possam perspectivar o lançamento de um plano de financiamento, para novas iniciativas que não ponham em causa a tramitação e o desenvolvimento harmonioso do Concelho que todos desejam. -----

----- Pensava não poder haver da parte do Presidente da Câmara uma linguagem mais "soft", porque se fosse mais rigoroso, em termos de uma linguagem política, que não pretendia ter, os adjectivos seriam mais fortes do ponto de vista do que foi uma gestão ruínosa, sobretudo nos últimos anos dentro deste município. -----

----- Era bem claro e inequívoco. Daria conhecimento desta situação às instâncias internas do município, pretendendo ter uma transparência pública que infantizasse as dificuldades criadas, que não sejam em exclusivo as reticências para que não possam

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

tentar através do saber e sobretudo, da competência, dar soluções às necessidades das populações, que no fundo não podem ser prejudicadas por aqueles mesmos factos. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro questionando qual era a margem de erro daqueles resultados, ao que lhe foi respondido pelo Dr. Carlos Cunha que não existia margem de erro, poderia sim, haver eventualmente um passivo ainda maior. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Vereador Emidio Fidalgo, perguntando se a solicitação e a não obtenção da informação do advogado indicado pela Autarquia, se tinham contactado a advogada que estava na Câmara anteriormente. -----

----- Respondeu o Dr. Carlos Cunha dizendo que, tinham solicitado de imediato, logo na primeira fase do trabalho, aquele que tecnicamente em auditoria, cruzaram todas as entidades que têm relações com a Câmara, nomeadamente os seus respectivos serviços jurídicos, ou a pessoa responsável pelos serviços jurídicos. Acharam extremamente pertinente e importante a obtenção de uma resposta daquele tipo, pelo que tinham pedido posteriormente ao Sr. Presidente, para solicitar novamente e a contactasse, no sentido de lhes dar uma informação concreta sobre os processos que estavam em causa, que montantes existiriam e que compromissos é que a Câmara teria. A isso, nunca lhes foi respondido pela Sindica da Câmara. -----

----- Portanto, não se poderão pronunciar, enaltecendo a situação, porque seria uma situação importante, para a própria autarquia em geral. -----

----- Disse ainda que, no decorrer do tempo em que estiveram presentes, de doze de Março a nove de Abril, lembrava-se que no dia oito ou nove de Abril ainda estavam a chegar ao Sr. Presidente comunicação de protocolos e outros encargos, dos quais não estavam informados senão a partir dessa altura e pelo Sr. Presidente. -----

----- Podiam posteriormente articular, de forma a que se aparecessem informações que julgassem ser pertinentes, e que alterassem o relatório, fazem uma comunicação específica. -----

----- Pela experiência que tinha, em geral, as respostas às solicitações têm um "timing" um pouco maior, tendo um período de mais ou menos cinco meses, para lhes permitir obter o máximo de afirmação e metodologia da comprovação da informação externa que é extremamente importante produzir os efeitos para os quais foi feita. Comprometiam-se a que, sempre que as informações chegassem, seriam analisadas, e se acharem pertinente, até informarem directamente a Câmara, ou até possibilitar a alteração do relatório. Em algumas vertentes, tanto passivas como activas, imediatamente informaram daquela situação. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

----- O executivo teria de compreender, dada a limitação de prazo, era evidente que poderia ainda haver outras condicionantes, que tentaram imediatamente informar. -----

----- Após esta troca de impressões, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o relatório de auditoria financeira à Câmara Municipal, a fim de ser submetida ao conhecimento da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- VENDA DA FRACÇÃO "Z" DO NOVO MERCADO MUNICIPAL -

----- O Presidente da Câmara informou que já tinham sido distribuídos os documentos ao Executivo, referentes à venda da Fracção Z do novo Mercado Municipal, a fim do mesmo hoje se poder pronunciar. -----

----- Mais informou que, em nove de Abril do corrente ano, a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Abrunheira, fez uma proposta à Câmara Municipal, para a aquisição daquele espaço, para a instalação de uma delegação em Montemor-o-Velho com vista ao alargamento da sua rede, apresentando uma proposta para aquisição daquele espaço, pelo montante de duzentos e cinco mil euros, cerca de quarenta e um mil e noventa e oito contos.-----

----- Em relação à proposta apresentada fez baixá-la aos Departamentos de Obras e Serviços Urbanos e Administrativo e Financeiro, para que fornecessem elementos concretos que se prendiam a dois níveis: -----

----- Primeiro - saber da possibilidade da venda; -----

----- Segundo - saber de uma avaliação do espaço. -----

----- Pensava que feitas as análises, quer por um lado quer por outro, e sobretudo tendo em atenção os montantes que foram avaliados por parte do Departamento de Obras o Director de Departamento vinculava de que um preço equilibrado de contra proposta do executivo, deveria ascende a duzentos e noventa e oito mil e oitocentos euros, cerca de cinquenta e nove mil novecentos e quatro contos, isto pela obra já lá efectuada, pelo espaço em si, pelo valor adequado em termos do nosso município, ao preço do metro quadrado construído na fase em que está, pressupondo também os espaços de estacionamento e outros que existem.-----

----- Pensava ser uma proposta correcta que estava cimentada numa análise que poderia ser considerada subjectiva, mas era criteriosa e avalista do valor do imóvel, da situação em que se encontra. -----

----- Por outro lado, e de acordo com informação técnica, da Directora do Departamento de Administração Geral, dada a vacatura do concurso, e a alteração do

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

objectivo pensava que não haveria do ponto de vista de legalidade e transparência nada que pusesse em causa o processo. -----

----- A pedido do Presidente da Câmara, interveio a Directora de Departamento de Administração Geral, dizendo que naquele processo foi constituída a propriedade horizontal. Naquele momento já estava a ser constituída a alteração da fracção Z, de finalidade de restauração para comércio e serviços. A escritura já estava numa fase em que podia ser assinada, estando apenas a aguardar que seja fosse a vistoria à obra, para a poderem registar, a fim de se poder proceder às referidas escrituras. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro perguntando quais os procedimentos seguintes, se ia ser divulgado, a intenção da Câmara para quem estivesse interessado a apresentar propostas o pudesse fazer, ou se aquele processo, que já tinha sido iniciado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Abrunheira, ia entrar numa fase de negociação, que pudesse aproximar os valores já encontrados com a proposta que tinha sido feita. -----

----- Mais disse que, pessoalmente considerava ser uma vantagem a solução encontrada, embora considerasse que para um restaurante, os valores anteriormente propostos, eram valores também de incentivo. A questão aqui era só a metodologia que se ia seguir, se se ia novamente pôr em venda, aberto a quem estivesse interessado ou se haveria uma linha condutora, porque a Câmara também poderia ter a ideia daquilo que mais interessaria, neste caso, àquele imóvel, para ali sediar. -----

----- A Directora do Departamento de Administração Geral retomou a palavra dizendo que, não era obrigatório a Câmara pôr agora a venda em hasta pública, uma vez que já foi posta e não tinha havido interessados. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo estar de acordo com o valor encontrado, mas, supondo que, depois de aparecer um edital, surgiam vários compradores para o mesmo espaço, que iam aumentando gradualmente a parada, seria um negócio directo como entidade? Quais seriam as regras: analisavam todas as propostas que viessem ou faziam negócio directo? -----

----- Voltou a usar da palavra o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que não se devia ter medo de tentar sediar na sede do Concelho, um investimento desta natureza, considerando a possibilidade da Caixa de Crédito Agrícola interessante. Alargava as perspectivas do próprio mercado, destinando-se ao publico em geral, mas principalmente à agricultura. Existia muitos interessados, mas se a Caixa de Crédito Agrícola estava interessada, dever-se-ia formalizar o negócio com eles. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

----- A Câmara após esta discussão sobre o assunto, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade comunicar à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Abrunheira, a sua disponibilidade para alienar o espaço inicialmente previsto para café e restaurante agora afecto a comércio e serviços, composto de rés-do-chão e primeiro andar, com a área total de duzentos e noventa e seis metros quadrados, sito no complexo do mercado municipal de Montemor-o-Velho, nas condições que foram definidas pelo Director de Departamento de Obras e Serviços Urbanos e pelo montante de duzentos e noventa e oito mil e oitocentos euros. -

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3- EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO NO -----

----- MONTANTE DE 6 500.000 EUROS ANÁLISE DE PROPOSTAS ---

----- O Presidente da Câmara, informou que se tornava necessário efectuar um empréstimo para saneamento financeiro, no montante de seis milhões e quinhentos mil euros, no seguimento da deliberação de Câmara do passado vinte e sete de Março ultimo (documento anexo à presente acta sob o numero dois). -----

----- Mais disse que, os serviços tinham contactado cinco instituições bancárias que têm representação no Concelho, nomeadamente: Caixa Geral de Depósitos, BPI, BES, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Abrunheira e BNC em Tentúgal. -----

----- Das cinco propostas solicitadas apenas foram recebidas três, cujos valores são os seguintes: -----

----- Banco Espírito Santo - montante a financiar: um milhão e quinhentos mil euros; taxa aplicável: euribor três barra seis meses; spread: um virgula cinco por cento a dois por cento. -----

----- Caixa Geral de Depósitos - montante a financiar: dois milhões e quinhentos mil euros; taxa aplicável: euribor três barra seis meses; spread: um por cento a um virgula vinte e cinco por cento. -----

----- Banco Português de Investimento - montante a financiar: seis milhões e quinhentos mil euros; taxa aplicável: euribor três meses; spread: um virgula cinco cento. -----

----- Verificaram que os montantes que tinham pedido de financiamento, se elevavam a seis milhões quinhentos mil euros. Apenas houve da parte do BPI, a anuência do plafond de empréstimo que poderia ir até este montante. -----

----- Face a isto, o Presidente solicitou à Directora do Departamento de Administração Geral que contactasse a Caixa Geral de Depósitos, que era a Instituição bancária que apresentava a taxa de juro mais baixa e a resposta que obteve, foi a de que, a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

Administração da CGD cerceou os empréstimos, dado o excessivo volume de empréstimos, no âmbito das Câmaras Disseram ainda que, não tinham nada contra a Câmara de Montemor e que havia algumas instituições às quais nem sequer tinham dado qualquer resposta. -----

----- Disse ainda que, como ouviram na questão da auditoria financeira, neste momento e de acordo com o POCAL, tinha-se que fazer a contracção de empréstimo, sendo inequívoco por causa do equilíbrio das contas. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, a aprovação daquele empréstimo e o voto da bancada do partido socialista, irá no mesmo sentido do voto que fizeram ao Plano de Actividades e Orçamento, considerando que a situação exige que se tomem decisões do ponto de vista financeiro, e do ponto de vista político, importantes. -----

Terão que ter a consciência, de que se o problema existe, será necessário encontrar paliativos para o mesmo. Como tal e com base nos mesmos pressupostos, já tinham comunicado ao Presidente da Câmara de que não farão oposição àquele crédito. -----

----- Gostariam, efectivamente que se viesse a reflectir no futuro, uma maior eficácia por parte da Autarquia, na satisfação dos seus compromissos, não só aos fornecedores, aos empreiteiros, mas também ao tecido associativo, às Juntas de Freguesia, etc., podendo haver uma nova perspectiva no trabalho geral no concelho de Montemor. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo solicitando o fornecimento de informação dos débitos dos fornecedores e empreiteiros, àquela data. -----

----- O Presidente da Câmara seguidamente, solicitou à Directora de Departamento que na próxima reunião de Câmara leve uma relação elaborada sobre aquele assunto, pois pretende saber o ponto da situação, em relação a cada um deles, nomeadamente aos maiores fornecedores da autarquia, para de algum modo, também, contrapor com outro tipo de análises no futuro. -----

----- A Câmara após esta discussão, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade face às condições apresentadas, no que respeita ao montante global em causa, aprovar a contracção do empréstimo em epígrafe, ao Banco Português de Investimento (BPI), nas condições apresentadas e que se anexam à presente acta sob o numero -----.

----- Mais deliberou por unanimidade submeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4- APROVAÇÃO DO INVENTÁRIO E BALANÇO INICIAL** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

----- Foi presente uma informação dos serviços, dizendo que, tinha sido elaborado o Balanço Inicial, de acordo com o ponto dois um do Decreto-Lei número cinquenta e quatro - A, barra noventa e nove de vinte e dois de Fevereiro, (documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- O Presidente da Câmara informou que, dado que se trata de um documento muito complexo e a todo o momento surgem novos dados susceptíveis de serem mencionados no citado documento, segundo a opinião do técnico de contabilidade, Arménio Manuel Pereira Rodrigues, que aquele inventário e balanço, ao ser aprovado pelo executivo, deveria ser aprovado com a ressalva de que não é um documento completo e fechado. É um documento, que deveria ser aprovado, com um ajustamento ao longo do corrente ano, depois de devidamente informados os técnicos, em termos dos critérios de avaliação e de inventariação que eles próprios não têm.-----

----- Mais disse que, considerava ser extremamente ingrato, estar naquele momento a fazer aquele balanço inicial, quando a própria definição legal daquilo que lhes é cometido, não era clara, nem permitia num primeiro ano, ser exaustiva, nem ter fundamentos de critérios homogéneos, transparentes, que bazilasse aquele mesmo balanço. -----

----- Disse ainda que do ponto de vista de formalismo legal, não o irão impedir, mas do ponto de vista do conteúdo, deverão ser os primeiros a assumir, que aquele, não está minimamente dentro do contexto que deveria ter. -----

----- Mas, se não está não é por não terem capacidade de o fazer, mas sim, porque não estão concretizados e clarificados, critérios claros e inequívocos de valorização e ao mesmo tempo, disponibilidade de recursos humanos, para poder fazer uma avaliação integral, exaustiva, fundamentada, de todo aquele mesmo património. -----

----- Mais disse que, propunha que a Câmara aprovasse aquele documento, tendo prévio conhecimento que não estava exaustivamente feito um levantamento patrimonial, porque os critérios de avaliação e a disponibilidade de recursos humanos, no prazo estipulado, não foram possíveis por este executivo, ao fim de três meses de intervenção. -----

----- A Câmara face a todos estes considerandos, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar aquele documento com a ressalva, de que o considera incompleto, não tendo condições naquele momento face à legislação em vigor, para o fazer, com características mais fundamentadas, esperando no decurso do corrente ano, poder vir a ultimar aquele mesmo procedimento de inventariação e de balanço, para que possa ter, num curto espaço de tempo, um documento exaustivo, completo e sobretudo fundamentado em critérios de rigor, transparência e de legalidade que lhes é exigida.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

----- Mais deliberou por unanimidade submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----1.2.2 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

-----3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO. -----

----- 3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA. -----

----- 3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO. -----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 1- MONUMENTO A INÊS DE CASTRO - NO ÂMBITO DO ----- ----- PROJECTO XACOBUEU 2004 -----

----- Começou por intervir o Vereador Pedro Machado solicitando que o documento distribuído fosse analisado pelo executivo em três dimensões distintas:-----

----- Numa primeira dimensão, que tem a ver com o documento exposto, materializado na cópia distribuída e que tem de alguma forma sustentado as intenções do momento, a contextualização, a descrição técnica, o cronograma da realização, o respectivo orçamento e uma pequena planta das futuras perspectivas de como irá ser realizada.-----

----- A segunda nota em relação a este monumento, tem a ver com o enquadramento interno e por último o enquadramento externo.-----

----- Ver o monumento à luz, só da criação do que está exposto, sem fazer aquela contextualização, pode parecer de alguma forma pouco sustentada a proposta que a Câmara apresenta. -----

----- Em relação ao monumento, a criação é naturalmente do artista, recolhendo a sensibilidade suficiente para poder ser feito. -----

----- Relativamente às fases de elaboração e ao cronograma da sua realização também está espelhado naquele documento. No que toca ao enquadramento interno, há uma ou duas questões que a Câmara Municipal tem claramente que avaliar, e mais que isso, tomar posição. Tem a ver com o Centro de Estudos Inesianos, e pensa que sobre aquilo a Câmara tem que chamar a si outro tipo de dinâmica àquele Centro de Estudos e evitar, provavelmente, o que foi característico nos últimos anos, em que se sabia que existia uma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

coisa chamada Centro de Estudos Inesianos promovido e patrocinado pela Câmara Municipal, mas que a Câmara Municipal não tinha qualquer tipo de ligação no seu dia a dia, e não tinha qualquer controlo sobre a sua actividade. É um espólio que foi dado, tem um regulamento que foi criado para o efeito, tendo um "contrato" de doação, fazendo a Câmara parte da Comissão Executiva.-----

----- A Câmara Municipal tem de chamar a si a paternidade daquele Centro de Estudos Inesianos e dar-lhe a dimensão que entenda que deva dar-lhe, nomeadamente com a promoção de Montemor, com a promoção da figura de Inês de Castro.-----

----- Relativamente ao enquadramento externo este insere-se em três perspectivas: -----

----- Por um lado o Xacobeu, e todo o trabalho que foi desenvolvido e feito a partir do momento em que foram visitados pelo Director Gerente do Xacobeu, passando depois pela futura deslocação à Galiza para uma reunião formal entre o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Presidente do Governo da Galiza. Tem a ver com a promoção turístico do Concelho de Montemor-o-Velho, e abrir um outro tipo de relação com o tecido turístico com aquilo que entende dever ser uma ligação aos concelhos vizinhos, à intermunicipalidade, nomeadamente aproveitar Coimbra e Figueira da Foz estendendo uma nova dinâmica que passa pela inclusão de Montemor - o- Velho nos Caminhos de Santiago, com toda a repercussão que aquilo inevitavelmente irá ter. Vai ter, numa primeira instância ao nível da produção de documentos - mapas, logotipos, sinalética - havendo um conjunto enorme de alterações que irão ser sentidas a nível do Concelho e que julga ser uma oportunidade claramente a ser ganha.-----

----- Numa outra dimensão aquele enquadramento externo tem a ver com o relacionamento institucional que se criará entre o Concelho de Montemor-o-Velho e a própria Junta da Galiza. Este relacionamento institucional parece-lhe de todo a ser aproveitado, potenciando em muito um conjunto de dinâmicas que naquele momento ainda não estão equacionadas mas está certo de que em Junho, quando está prevista a reunião entre o Sr. Presidente da Câmara e o Presidente do Governo e o Director Gerente do Xacobeu, serão encontradas. -----

----- O monumento aparece pela ligação à Galiza, de uma figura histórica que é Inês, que é galega, neste caso a Portugal e ao Concelho de Montemor-o-Velho, através da figura do Infante D. Pedro. Poder-se-ia discutir a oportunidade do monumento, nomeadamente quando há em Montemor-o-Velho um conjunto de figuras históricas que poderiam também ser alvo de outro tipo de criação. Concorde plenamente que a Câmara Municipal não esgote a sua actuação e a sua dinâmica, no que toca à monumentalidade

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

no Concelho numa figura por exemplo como Inês de Castro, que provavelmente não será a figura mais relevante, antes pelo contrário, do Concelho de Montemor-o-Velho.-----

----- A questão que se coloca com este monumento, é uma espécie de passe que serviu para serem desenvolvidas aquelas premissas que enunciou, e que de alguma forma permitem, naquela primeira fase, ser feita aquela aproximação entre Montemor-o-Velho e a própria Junta da Galiza. Para além disso, a criação do próprio monumento, tem implícita uma estratégia de minimização ou de anulação de custos. Se virem o que está exposto, é pressuposto ser feito um conjunto significativo de bronzes, nomeadamente de pequenas estatuetas, que depois serão vendáveis, nomeadamente, na própria Galiza, e no próprio edifício do Xacobeu instalado perto da Catedral de Santiago. Existem também compromissos pré-estabelecidos, no sentido de que aquela peça venha a ser vendida cá em Portugal, nomeadamente através de colecionadores particulares que poderão reduzir a custo zero a sua produção. É esse o plano que está gizado, para que aquele monumento venha a ser construído num esforço mínimo para o próprio município. -----

----- Para além da contenção de custos que está espelhada naquele plano que lhes é apresentado, parece ser um investimento que será reprodutivo a médio e longo prazo. Não só pelo trabalho que irão desenvolver no sentido que o próprio movimento do Xacobeu possa, como faz noutras partes do mundo, co-financiar, nomeadamente, infra-estruturas para acolhimento de peregrinos, tendo já sido colocada a questão de poder ver em Montemor-o-Velho um edifício, dando-se privilégio a edifícios degradados, que possam ser recuperados, com investimento técnico e financeiros do próprio movimento Xacobeu. Parece-lhe ser um investimento, que à luz do que se pode perspectivar, claramente reprodutivo.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que a relação de D. Inês com o Concelho de Montemor, é a relação do Centro Inesiano com Concelho de Montemor. Existem no Concelho de Montemor, figuras muito mais importantes, a todos os níveis, da própria fundação da nacionalidade, que neste caso não passa de uma figura romântica, que tem sido "enfantizada" por alguns românticos, ao longo da história Portuguesa.-----

----- Parece-lhe discutível que havendo artistas, escultores, no Concelho de Montemor, inclusive, um pelo menos, havendo na região um dos melhores a nível europeu: Luis André, de Cantanhede, e que fez já monumentos magníficos, não tivesse sido considerada a possibilidade de um "concurso de ideias", ou qualquer coisa assim, partindo do princípio que a urgência daquele monumento a D. Inês é de facto importantíssimo e relevante. Por outro lado, pensa ter sido uma atitude muito interessante da Câmara Municipal, que apoia

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

inequivocamente, que é a relação com a Galiza; a Galiza tem, do ponto de vista histórico, uma relação com todo o Litoral Norte e Centro Português, têm inclusive, algumas das figuras históricas, como é o caso do Diogo Cao, que era de origem galega e que tem raízes em Montemor, por isso parece-lhe uma atitude bem tomada, e potenciada, a funcionar com rapidez.-----

----- Fica, no entanto, com algumas dúvidas, quanto à urgência de uma iniciativa destas, quando não se fez nenhuma homenagem verdadeiramente digna e justa a nenhuma das figuras que marcaram pontos e que são relevantes no concelho de Montemor. É obvio que, no domínio da boa vontade, têm tido um espírito de cooperação, com o actual executivo da Câmara Municipal, mas também pensa ser importante que as coisas não surjam sem mais nem menos, parecendo-lhe ser mais o aproveitar de uma oportunidade que o Centro de Estudos Inesianos desenvolveu, dinamizou, aparecendo com mais um projecto, uma oportunidade, parecendo-lhe que na iniciativa da autarquia, os valores mais importantes do Concelho de Montemor e sua afirmação, não estão a ser salvaguardados.-----

----- Apesar de conhecer muito bem o escultor Armando Martinez, e não pondo em causa a sua qualidade e capacidade, está em causa o procedimento, o precedente que pode dali advir e aquilo que habitualmente se faz à muitos anos em Montemor-o-Velho, subestima-se tudo o que é nosso e aproveita-se com toda a facilidade tudo aquilo que vem de fora, sem se fazer a devida reflexão e avaliação do que traz de mais valias para Montemor. Uma estátua de Inês de Castro ou do Infante D. Pedro, não é a mesma coisa. Na Galiza se forem fazer uma pesquisa, ninguém sabe quem foi Inês de Castro. Tudo isto é feito num rol de amizades, e julga que deve passar a ter um carácter mais científico, mais formal, mais integrado, mais estratégico. A sua tendência, em termos da simpatia que tem por aquelas questões e por algumas das pessoas envolvidas, leva-o a dizer que se tolere, que se faça. Mas irá custar à Câmara uns largos milhares de euros, tem um valor global de seis mil contos, mas não tem previsto a base que está projectada. Vender vinte e cinco bronzes à volta de cento e cinquenta contos, é preciso que haja compradores.-----

----- Interveio novamente o Vereador Pedro Machado dizendo que este enquadramento tido inicial, não era um enquadramento despropositado. Não foi o Centro de Estudos Inesianos que promoveu esta ligação. Havia uma porta aberta que permitiu este contacto, mas todo o projecto do Xacobeu, toda a dinâmica que foi criada a partir do contacto do Centro de Estudos Inesianos serviu. Estiveram cá dois técnicos do Governo da Galiza, perfeitamente credenciados - um doutorado em Ciências Documentais e o outro em Sociologia, que fizeram o levantamento durante três dias, no próprio concelho de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

Montemor-o-Velho, para que viessem a atingir o objectivo inicial, que era o de Montemor fizesse parte daquele roteiro turístico trans-nacional e que viesse também, a curto ou médio prazo, a poder ser de alguma forma, contemplado com os impactos que poderia trazer. Há claramente aqui, um sentido de oportunidade, que de alguma forma se materializa com a questão daquele monumento. -----

----- Mais disse que esta situação não evita que se esgote, por um lado a pretensão da Câmara Municipal em ver de alguma forma salvaguardadas as suas figuras-base históricas. Lembra-se que na Câmara anterior, havia uma verba de oito mil contos para monumentos, que andaram seis anos seguidos em plano e orçamento e que nunca foram concretizados. Aquela lógica de Montemor vir a implementar também o reconhecimento às suas figuras, estava perfeitamente actual. Passaria numa das freguesias pela criação do monumento ao homem do campo, um conjunto de situações que julga que a Câmara Municipal pode e deve vir a ponderar, tendo em conta as prioridades. O que pretende é não só materializar, mas ganhar uma oportunidade, feita através de uma planificação que lhes é apresentada e que não pretende escamotear nem sobrelevar a figura que estão a discutir, mas a poderem agarrar aquela oportunidade de Montemor-o-Velho poder dar este saldo, do seu ponto de vista qualitativo. O escultor recolhe da nossa parte e da Galiza aquele reconhecimento, mas está certo de que irão dar oportunidades futuras a outros escultores quer do concelho quer fora dele - o Alves André de Cantanhede, o José Plácido também é de Cantanhede, e têm feito obras graciosas, obviamente com custos elevadíssimos, não sabendo até que ponto é que seria ou não discutível a produção daquele monumento, até àquele preço, mas está certo que poderiam de alguma forma, vir a fazê-lo. -----

----- Relativamente ao Centro de Estudos Inesianos, considera que a Câmara Municipal terá que assumir o seu papel, porque aquele Centro, andou um pouco ao sabor de um conjunto de pessoas, mas que a ligação à Câmara Municipal tem sido aquela que nos lhes tem interessado. Essa é também a forma da Câmara municipal assumir para si, a sua cota parte, por um lado da ligação que fez ao Centro de Estudos Inesianos, mas aquele Centro tem que apresentar à Câmara Municipal um Plano de Actividades anual, e que ainda não foi apresentado. Não se trata de uma estratégia, ou proposta do Centro de Estudos Inesianos, é uma proposta da Câmara Municipal, que aproveitou na altura os contactos que eram tidos por aquele Centro, rentabilizando-os. -----

----- Interveio novamente o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, gostaria de lembrar que também existe a formalização de um acordo entre a Câmara Municipal, a propósito da casa- museu Infante D. Pedro, tendo sido já feitas propostas concretas, e tendo tido uma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

reunião com o Sr. Vereador Pedro Machado, não obteve até ao momento, qualquer resposta. O que estranha é a celeridade com que aqueles processos da Inês e do Centro de Estudos Inesianos funcionam, contrariamente com outros que conhece de perto, para os quais nem sequer se obtém qualquer resposta durante meses.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Pedro Machado dizendo assumir a culpa de não ter ainda agendado uma reunião com o Professor Pinheiro Marques, embora naquele projecto, quer da vinda dos técnicos da Galiza, quer na elaboração daquilo que seria para eles aspectos globais a serem considerados no Concelho de Montemor-o-Velho, tendo convidado o Professor Pinheiro Marques, que esteve com aqueles técnicos, independentemente do trabalho ainda não Ter sido feito, o Centro de Estudos do Mar, não está arredado dos desígnios da Câmara Municipal. -----

----- Disse ainda que, quer o Centro de estudos do Mar quer o Professor Pinheiro Marques, foram convidados formalmente a estarem presentes e a acompanhar aquele trabalho, a ligação à Galiza e teve também uma reunião bastante interessante com os técnicos aqui na Câmara Municipal, que lhe parece ter sido de uma colaboração muito oportuna e muito profícua. -----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo dizendo que, depois do documento que viu, na questão do escultor não tinha sido contactado mais nenhum, não comungando daquela opinião. Achava ainda que prejudicaram a beleza dos escultores, podendo ter no futuro a escultura feita por alguém do nosso Concelho. -----

----- Mais disse que não ia votar favoravelmente, abstendo-se, pelo facto de, apesar de não ser contra à estátua de D. Inês, achava que o processo não tinha sido feito de uma forma cordial, não tendo sido olhado os nossos valores, não só para os de Montemor, mas para os valores nacionais. -----

----- Pensava que aquele processo deveria ter sido conduzido com mais cuidado, porque todos defendem o que é nosso. -----

----- Disse ainda que se a Câmara queria fazer alguma coisa com parceiros, nomeadamente com Espanhóis, deveriam de algum modo, implementar também, pelo menos numa linha de igualdade, tudo aquilo que têm para dar. Por aquele motivo abstinha-se.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete perguntando se, relativamente à escolha do escultor, houve alguma imposição, por parte do Xacobeu, para que tivesse de ser aquele artista ou não. Pensava que se devia começar por algum lado, agora foi com D. Inês, outro dia poderá ser com Jorge de Montemor ou com Fernão Mendes Pinto. Iria votar

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

favoravelmente, mas solicitava que houvesse pelo menos um compromisso da parte do executivo, em que fosse o início para mais trabalhos do género, porque infelizmente, no nosso Concelho, não podíamos dizer que tínhamos uma obra de arte que pudesse ser uma referência para o que quer que fosse. Tinha que se começar por algum lado, mas provavelmente não começaram pelo melhor. Esperava ser um ponto de partida para obras do género, e que se tivesse em atenção os artistas, não só deste Concelho, mas também dos Concelhos vizinhos. -----

----- Interveio novamente o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que apesar de simpatizar com Armando Martinez, e com a Galiza, em termos gerais, parecia-lhe haver subserviência em relação à Galiza, neste caso concreto. O primeiro Bronze não deveria ser oferecido ao Presidente da Galiza, devia ser à Câmara Municipal de Montemor, o que o levava a crer que havia pequenos pormenores que tinham a ver com alguma subserviência que não devia existir. -----

----- Disse ainda que, a Galiza não descobriu de repente Montemor. Existia aqui uma relação intermediada por Armando Martinez, que entretanto aproveitava para vender uma escultura por seis mil contos. Pensava que, se fosse a Galiza a oferecer no âmbito desta boa relação, à Câmara de Montemor para assinalar a inauguração do caminho de Santiago, oferecia a escultura e isso achava muito bem. Gostaria que ficasse claro que a sua abstenção era apenas em relação a algumas coisas que pessoalmente não concordava, embora a abstenção fosse, como sempre, uma posição de meio termo. -----

----- A Câmara após estes considerandos, tomou conhecimento e aprovou por maioria, com cinco votos a favor do Presidente da Câmara, dos Vereadores Pedro Machado, José Marques, Abel Girão e António Ramalheite, com duas abstenções dos Vereadores Victor Camarneiro e Emídio Fidalgo, a feitura da estátua e as respectivas trinta e cinco réplicas em bronze pelo montante de vinte e nove mil novecentos e vinte e sete euros e oitenta e sete cêntimos, embora fiquem salvaguardadas aquelas chamadas de atenção e a preocupação de que dentro daquele intercâmbio salvaguardando a identidade do concelho, a transparência do processo, poderão ser salvaguardadas soluções alternativas mais adequadas. -----

----- **4.2. DIVISÃO DE DESPORTO**-----

----- **4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE**-----

ENCERRAMENTO-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas e quarenta e cinco minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Abril de 19

presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr^a.